

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.991 - RJ (2019/0246552-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : ATELIE PAULISTA DE BIJUTERIAS LTDA  
**ADVOGADOS** : WALDEMAR DECCACHE - RJ046590  
RICARDO PEREIRA PORTUGAL GOUVEA - SP016235  
VANESSA GRANATO LISBOA E OUTRO(S) - RJ093063  
WILLIAM MOREIRA FILGUEIRAS - SP199134  
**AGRAVADO** : FRANCESCA ROMANA DIANA  
**ADVOGADOS** : GABRIEL FRANCISCO LEONARDOS E OUTRO(S) - RJ064537  
RAFAEL LACAZ AMARAL - RJ112096  
RAFAEL COELHO DOS SANTOS FONSECA DE PINHO - RJ169682

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ATELIE PAULISTA DE BIJUTERIAS LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE LAUDO PERICIAL EM SEDE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. INTERPRETAÇÃO AUTÊNTICA DO ESCOPO DA PERÍCIA. MÉTODO DE MERCADO BEM UTILIZADO. RECURSO DESPROVIDO.*

- 1. Trata-se de agravo de instrumento manejado contra decisão que homologou laudo pericial realizado em sede de liquidação de sentença, pelo que recorre a ré.*
- 2. Considerando a interpretação autêntica explicitado em acórdão deste órgão fracionário, temos que o caso trata de avaliação de marca – esse é o significado da transferência da marca – e que é possível o método de mercado que foi observado pelos peritos.*
- 3. Nessa perspectiva, os peritos conseguiram um bom exemplo para a realização do método comparativo e realizaram a homogeneização dos dados para atingir o propósito a que foram designados.*
- 4. A agravante, imersa em sua insatisfação, não trouxe nenhuma marca exemplificativa, o que é um seu ônus enquanto insurgente. O que faz é se arvorar em laudo auxiliar que envereda por outros parâmetros que lhe são mais favoráveis, diversos do acórdão em que se explicita a interpretação autêntica do que se busca avaliar e o método a ser usado.*
- 5. Negado provimento ao recurso" (fl. 88, e-STJ).*

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fl. 131, e-STJ).

No recurso especial, a recorrente alega que houve violação dos arts. 7º, 502, 503, 505 e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta que:

- a) o aresto recorrido foi omisso;
- b) a decisão impugnada fere a coisa julgada, e
- c) o laudo pericial é imprestável e cerceia a defesa da parte.

# Superior Tribunal de Justiça

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 288-307 (e-STJ).

É o relatório.

## **DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Inicialmente, observa-se que o tribunal local indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Ademais, o tribunal estadual, ao dirimir a controvérsia, consignou:

"(...)

*Iniludivelmente, o agravo interno no agravo de instrumento nº 0002983-11.2016.8.19.0000 de Relatoria da Des. MYRIAM MEDEIROS DA FONSECA COSTA traz uma interpretação autêntica do entendimento construído no sentido de que se trata de avaliação de marca.*

*Frise-se que a decisão agravada homologou o laudo que respeita essa interpretação autêntica realizada em acórdão que determinou nova perícia (daí porque impertinente qualquer ilação referente à perícia anterior) e que traduz o significado da transferência da marca. Nessa perspectiva, com os acréscimos a seguir, não há falar em nulidade da decisão.*

*Com efeito, naquele v. acórdão há sugestão de marcas famosas, quando se diz que 'FRANCESCA ROMANA não é a única artista a produzir e disponibilizar a sua arte no mercado, podendo citar, como bem destacou o ilustre Des. Marco Antonio Ibrahim, outros como Antonio Bernardo, Carla Amorim, Lenny Niemeyer, Isabela Capetto', e com isso se mostra possível a comparação e, sendo assim, o método comparativo de mercado, corretamente utilizado pelos peritos; mas não se pode olvidar do fato de que não há notícia de comercialização no passado recente.*

*Nessa perspectiva, os peritos conseguiram para a realização do trabalho pericial, em um caso de falência, a marca NATAN, sendo certo que a falência era da sociedade empresária Natan Joias Ltda e a marca em si não pode ser confundida com a administração ruim da empresa.*

*O fato é que, considerada a peculiaridade do caso e para cumprir o trabalho pericial respeitando o que se infere da interpretação autêntica operada no citado acórdão, os peritos realizaram a homogeneização dos dados envolvidos.*

*De outro lado, a agravante, imersa em sua insatisfação, não traz nenhuma marca exemplificativa, o que é um seu ônus, dado o que estabelecido na interpretação autêntica acima explicitada e o trabalho pericial correlato. O que faz, ao revés, é se arvorar de laudo auxiliar que envereda por outros parâmetros diversos do citado acórdão, pelo que assiste*

# Superior Tribunal de Justiça

*razão ao julgador de piso em suas impressões, verbis : 'Na realidade, a ré impugna o laudo, não porque o mesmo contenha falhas, mas, porque quer que o exame siga regras e parâmetros, diferentes do que foi judicialmente determinado, pois os parâmetros lhe são desfavoráveis' (fls. 94-95, e-STJ - grifou-se).*

Nesse contexto, não é possível a esta Corte apreciar o entendimento exarado na origem, porquanto teria que, necessariamente, rever o contexto fático-probatório dos autos, procedimento inviável nesta via extraordinária, consoante disposto na Súmula nº 7/STJ.

Por fim, destaca-se a impossibilidade de conhecimento da insurgência com base na suposta afronta aos arts. 7º, 502, 503, 505 do CPC/2015, pois os conteúdos normativos desses dispositivos legais não foram debatidos na instância ordinária, tampouco arguiu-se essas questões nos embargos declaratórios opostos às fls. 97-126 (e-STJ). Incide, na espécie, o óbice da Súmula nº 282/STF, aplicada por analogia.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator